

# **MAIS DEMOCRACIA**

1. UM NOVO CICLO DE PROGRESSO PARA A SOCIEDADE PORTUGUESA
2. RENOVAR E DEMOCRATIZAR O PARTIDO SOCIALISTA
3. REFORMAR O SISTEMA POLÍTICO
4. ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA VIDA PÚBLICA
5. POR UM ESTADO MODERNO, CONFIÁVEL E DESCENTRALIZADO
6. VISÃO E AÇÃO ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTUGAL
7. PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

## **1. UM NOVO CICLO DE PROGRESSO PARA A SOCIEDADE PORTUGUESA**

### **Prosseguir a mudança**

Quando passam 42 anos sobre o movimento libertador de Abril, é tempo de enfrentar os bloqueios que tolhem o desenvolvimento da sociedade portuguesa, estabelecer as bases e criar os impulsos para um novo ciclo de reforço da cidadania, de aprofundamento da democracia, de progresso e bem-estar.

O país e a sociedade portuguesa sofreram grandes transformações nas últimas décadas. A revolução de 1974 criou as condições políticas e sociais para o avanço da modernidade: democratização, descolonização, bases do Estado social, mobilidade social, intensificação da urbanização. A partir de meados da década de 80, com a adesão à CEE, intensificou-se a abertura da sociedade e da economia portuguesas ao exterior e os apoios comunitários proporcionaram os meios para a modernização das infraestruturas e equipamentos, o reforço da escolarização e da formação profissional, e notáveis progressos do desenvolvimento científico e tecnológico.

A adesão ao Euro, em 2000, e a crise financeira, a partir de 2008, inverteram essa trajetória de progresso. Entre 1986 e 1999 o PIB teve um crescimento médio anual de 4,07%. Entre 2000 e 2014, a economia portuguesa estagnou, com o PIB a crescer, em média, 0,35%/ano.

Em 1974, os indicadores sociais e de qualidade de vida mostravam um país subdesenvolvido, com acentuadas carências em todos os domínios. Em inícios do século atual, Portugal tinha atingido uma posição mediana em quase todos os domínios. Posteriormente, particularmente nos últimos 5 anos, a maioria dos indicadores económicos, sociais e humanos regrediram.

A globalização com as inerentes desregulações e os impasses da integração europeia condicionam, incontornavelmente, o desenvolvimento de Portugal. Contudo, os problemas maiores que enfrentamos são a crise da democracia, uma crise de confiança e de representatividade, marcada pelo divórcio entre os cidadãos e a política, a par do anacronismo da estrutura e do funcionamento do Estado.

### **Vencer os bloqueios**

Se o 25 de Abril despertou Portugal para a modernidade e o progresso, as quatro décadas de vivência democrática não resolveram, obviamente, todas as nossas debilidades estruturais. Constrangimentos estruturais que emergem, se renovam e reforçam quando o ambiente externo se torna adverso (globalização, crise da Europa, recessão económica).

É absolutamente necessário que se assinalem esses constrangimentos para que os possamos enfrentar e vencer. A saber:

- a evidente **perda de representatividade do sistema político e partidário**, com o afastamento dos cidadãos da vida pública, criando um grave déficit de legitimidade democrática e complexos problemas de governabilidade;
- os **partidos políticos** estão **reduzidos** às suas **nomenclaturas dirigentes** e às respetivas **extensões clientelares**, esvaziados que têm sido de participação e vida militante;
- o alastramento da **promiscuidade entre a política e os negócios** e da corrupção, e a falta de ética e transparência na vida pública;
- o **Estado com uma estrutura anacrónica** e labiríntica, de natureza não-rural, centralista e burocrática, capturado pelas clientelas partidárias e por corporações de interesses, Estado do qual a generalidade dos cidadãos desconfiam;
- **ausência de visão e de lideranças** que percecionem, valorizem e afirmem os recursos estratégicos do país, mobilizando os portugueses para um rumo de desenvolvimento e bem-estar sustentáveis;
- um **brutal sistema e carga fiscais**, atingindo, por igual, as famílias e as empresas, carga fiscal que só por si inviabiliza o relançamento económico e o investimento e agrava as desigualdades sociais;
- a **perversa arquitetura do Euro**, os impasses da construção europeia e os elevados **encargos da dívida pública e externa** que determinam a limitação da soberania e impedem o regresso ao desenvolvimento.

## **2. RENOVAR E DEMOCRATIZAR O PARTIDO SOCIALISTA (Um Congresso refundador?)**

À semelhança dos seus congéneres europeus, o Partido Socialista vem dando manifestos sinais de declínio como bem ilustram os resultados das últimas eleições europeias (“poucochinho”) e a derrota nas recentes legislativas (“muito poucochinho”, após 4 anos da governação austeritária da Direita).

Na falta de atualização contemporânea do ideário social-democrata, o PS sobrevive na pura lógica do exercício pragmático do Poder. Esvaziado de participação militante, com votações residuais nos processos eleitorais internos, não raras vezes de duvidosa democraticidade ou, mesmo, fraudulentos, o PS está hoje reduzido às suas estruturas dirigentes. Eleito em Primárias que constituíram um êxito em termos de abertura do Partido e de participação, António Costa promoveu uma revisão estatutária que

congelou as eleições Primárias, extinguiu as eleições diretas e centralizou poderes de decisão na Comissão Política Nacional e no Secretário Geral.

**É necessário reestabelecer e revitalizar a democracia interna, abrir o partido à sociedade e atrair jovens militantes das novas causas sociais, culturais e ambientais, bem como profissionais qualificados.**

- **Organização**

Adequar a organização e funcionamento do PS à sociedade moderna, em rede, com recurso intensivo às novas tecnologias, acabando com a atual organização leninista, rigidamente centralizada e hierarquizada. O PS tem dezenas de instalações espalhadas pelo país, só ocasionalmente utilizadas. Com os recursos da alienação de parte dessas instalações pode ser disponibilizada uma poderosa plataforma informática para promover a participação e comunicação entre os militantes e para gerir a vida partidária.

- **Eleições Primárias**

Adotar as eleições primárias abertas em todas as escolhas de candidatos ao desempenho de cargos de representação externa.

Recorde-se que em setembro de 2014 o PS escolheu o seu candidato a PM, António Costa, através de eleições Primárias que constituíram um êxito de mobilização (interna e externa) e elevada participação (cerca de 179.000 votantes).

- **Simpatizantes**

Ativar o recenseamento dos simpatizantes e a sua participação na vida do Partido, tal como se prevê nos estatutos.

- **Democracia e transparência nas eleições internas**

Instituição de regras e meios que asseguram condições de efetiva democraticidade, com igualdade para todos os candidatos e pesadas sanções disciplinares para as irregularidades processuais, as fraudes e os expedientes ilegítimos.

- **Código de Ética**

Adotar um Código de Ética para os militantes socialistas no exercício de cargos públicos e partidários.

### 3. REFORMAR O SISTEMA POLÍTICO

Nas últimas décadas, a abstenção e os votos brancos e nulos têm progredido, acentuadamente, eleição após eleição. Nas últimas eleições autárquicas verificou-se uma significativa transferência de votos para as candidaturas independentes. E, nos recentes processos eleitorais, os Partidos com representação parlamentar não atraíram, em conjunto, 50% dos votantes do universo eleitoral.

O sistema eleitoral está capturado pelos aparelhos partidários. Ao votarem, os eleitores não escolhem os deputados. Limitam-se a ratificar escolhas antecipadamente feitas pelos dirigentes partidários. Impõem-se mudanças que devolvam a soberania do voto aos cidadãos, a responsabilização personalizada dos eleitos e o reforço da democracia participativa.

- **Círculo nacional e círculos uninominais**

Criar círculos uninominais, conjugados com um círculo nacional que assegure a representação proporcional e a participação no Parlamento das correntes minoritárias.

- **Duplo voto**

Introduzir, nos processos eleitorais por lista, o princípio do duplo voto: o eleitor poderá escolher o partido, e também, o candidato da sua preferência.

- **Democracia participativa e Referendos**

Introduzir procedimentos que valorizem a representação democrática e reforcem as modalidades da democracia participativa, a nível local e nacional. Simplificar as leis dos Referendos e fomentar a sua utilização.

- **Compromissos de Regime**

Não existem condições políticas e culturais para o estabelecimento de um Pacto de Regime entre as forças políticas. Mas é desejável e possível estabelecer compromissos sectoriais, de médio-longo prazo, em 2/3 áreas estratégicas: Educação, Justiça, Segurança Social, por exemplo. Compromissos suportados em orientações e instrumentos elaborados por grupos de especialistas, “senadores” e atores, e a aprovar pela Assembleia da República.

- **Concertação Social**

Em diálogo com os parceiros sociais, o Partido Socialista deverá promover um Acordo de Concertação Social que impulse novas metas de desenvolvimento

económico, de coesão social, de produtividade e rendimentos, e de suporte às reformas estruturais que o país tem de fazer.

#### **4. ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA VIDA PÚBLICA**

Nas últimas décadas, a hegemonia neo-liberal e a globalização, com a total desregulação dos mercados, dos fluxos e produtos financeiros, fizeram alastrar o negocismo, a corrupção e o saque, de forma intolerável.

A lógica do dinheiro e da sua acumulação pelos poderosos sobrepõe-se aos princípios da República e aos valores éticos e comunitários. No mundo e em Portugal. Entre nós, a multiplicação de casos de promiscuidade entre a política e os negócios, de gestão fraudulenta e ruínosa de instituições financeiras, com elevados custos para os contribuintes. E a forma irresponsável como se têm alienado e desmantelado empresas estratégicas para o desenvolvimento económico soberano tem danos irreparáveis sobre o sistema político-institucional, fragilizando o regime democrático.

Precisamos de um sobressalto ético e de firme combate à corrupção, com afetação de meios à justiça para o seu funcionamento eficaz, com sancionamentos éticos e penais exemplares.

- **Criminalização do enriquecimento sem causa justa (ilícito)**  
Estabelecer a obrigação de demonstrar, perante a justiça, a origem da riqueza.
- **Evitar a promiscuidade público-privado**  
Medidas eficazes para evitar situações de promiscuidade, designadamente as condições de trabalho para o Estado dos grandes escritórios de advogados e de consultores financeiros e económicos, entre outros.
- **Código de Conduta e Transparência**  
Promover a aprovação, pela Assembleia da República, de um Código de Conduta e Transparência para o exercício de cargos públicos.

#### **5. POR UM ESTADO MODERNO, DESCENTRALIZADO E CONFIÁVEL**

Nem a República nem o 25 de Abril alteraram a organização administrativa do território, dado que em ambas as mudanças políticas o modelo de organização do Estado se tornou útil para o controlo do poder pelos sucessivos atores políticos. Portugal tem hoje um Estado arcaico, centralista e desconexo na sua estrutura funcional e territorial, fonte de irracionalidades, de clientelismo e de despesas inúteis,

constituindo um grave problema para a vida dos cidadãos e para as atividades económicas e empresariais. Exigente com os contribuintes e os fornecedores, a administração pública não cumpre, frequentemente, as suas obrigações de prestação de serviços e nos pagamentos contratuais. Adotando, não raras vezes, medidas cruéis, procedimentos cínicos e arrogantes contra os cidadãos, as empresas e os agentes sociais e culturais.

**Ora, o Estado tem de ser “pessoa de bem” cumprindo atempadamente os seus compromissos, assegurando a estabilidade das políticas e dos normativos públicos, para inspirar confiança aos cidadãos e aos agentes económicos e sociais.** Nesse sentido, deverá ser implementado um processo de regularização das dívidas do Estado às empresas, organizações sociais e cidadãos; estabelecidos prazos taxativos de pagamentos; contenção e estabilidade no processo legislativo; e previsibilidade e estabilidade das políticas públicas.

Assim, a par da reforma do sistema político e partidário, as mudanças a realizar no Estado – norteadas por uma Visão estratégica de Estado para o século XXI - obedecerão às seguintes prioridades:

- um sistema de **justiça** processualmente **mais célere**, apostando na sua organização e gestão profissionalizadas;
- **reorganização da administração desconcentrada e territorial** do Estado, conferindo-lhe coerência, racionalidade, proximidade aos cidadãos e eficácia;
- **simplificação dos procedimentos administrativos**, com melhoria da qualidade dos serviços públicos e redução dos custos de contexto, retomando e reforçando o “Simplex”. Concordamos e aplaudimos as medidas anunciadas pelo Governo nos domínios da descentralização e da simplificação.

**O Poder Local é uma instância privilegiada para o Partido Socialista afirmar uma nova vocação reformista.** Nos últimos 40 anos, o Poder Local assumiu-se como um dos pilares mais sólidos do nosso regime democrático, como escola de aprendizagem cívica e com um papel decisivo na infraestruturização e equipamento do país. É tempo, agora, de **encetar um novo ciclo para o Poder Local**, com outra **Visão** – qualificação, gestão e eficiência –, e a prioridade à Educação, ao apoio à envolvente das atividades económicas, à inovação, à criação de emprego, às funções sociais e à qualificação territorial.

## 6. VISÃO E AÇÃO ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTUGAL

Tem faltado em Portugal, ao Estado e aos sucessivos governos, uma visão estratégica que defina os desígnios e trace o rumo para o desenvolvimento sustentável do país, orientando as políticas públicas com o racional aproveitamento das oportunidades e recursos que temos e mobilizando os portugueses para esses desígnios.

- **Visão estratégica**

Há que traçar um rumo, construir uma Visão e definir as ações estruturantes para o desenvolvimento sustentável de Portugal. A sua elaboração tem de assumir um processo suprapartidário, aberto, de participação e concertação de desígnios, prioridades e medidas estruturantes.

Num mundo profundamente globalizado, Portugal dispõe das oportunidades para valorizar a sua privilegiada centralidade euro-atlântica; a nossa pertença ao espaço lusófono; e uma singular vocação universalista, assente numa tradição de **encruzilhadas** de rotas, culturas e civilizações.

- **Potenciar os nossos recursos estratégicos**

Os singulares recursos, a diversidade e a extensão do nosso território terrestre e marítimo podem proporcionar-nos um extraordinário potencial estratégico de desenvolvimento.

As **idades** são territórios fundamentais para construir um novo ciclo de progresso a partir da inovação, da competitividade, da criação de emprego, da coesão social e da sustentabilidade ambiental. Dada a natureza das políticas urbanas elas podem – e devem – constituir o foco da necessária racionalização das políticas públicas. Definiremos uma **Agenda Urbana para Portugal**, alinhada com a Agenda Urbana Europeia, mas concebida a partir das potencialidades, necessidades e opções do país, com destaque para a regeneração e a reabilitação urbanas.

**Afirmar Pólos e Eixo de desenvolvimento no interior**, apostando nos recursos endógenos, aproveitando os recursos humanos, as excelentes acessibilidade e qualidade de vida e o mercado transfronteiriço para transformar a “interioridade” em vantagem competitiva.

O **Mar**, em particular a nossa Plataforma Continental, são um extraordinário património de futuro. Tomando em consideração o mérito



trabalho já desenvolvido neste domínio, privilegiaremos a adoção de medidas e a obtenção de resultados nas áreas da investigação e da economia marítimas.

Concertar **apoios em setores** nos quais Portugal é **internacionalmente competitivo** – agro-indústrias, floresta e derivados, turismo, de saúde, moda/calçado/ vestuário, eletrónica e indústria automóvel.

- **Criação de riqueza e de emprego**

É fundamental que Portugal aposte, decididamente, na economia do conhecimento, **num novo modelo de desenvolvimento inteligente, inclusivo, verde e territorializado**. O Partido Socialista tem de promover políticas e mecanismos que reduzam – progressiva mas sustentadamente – as “rendas de situação” (fundiárias, imobiliárias, energéticas e financeiras) a favor da produção de riqueza, da criação de emprego e da distribuição de rendimentos.

Os elevados níveis de desemprego, o desemprego de longa duração e o desemprego jovem inibem a realização pessoal, familiar e profissional e o acesso a uma vida digna de centenas de milhares de portuguesas e portugueses. Como vamos resolver essa terrível dicotomia com que se defronta a sociedade portuguesa: uma geração com emprego para a vida, a par de várias gerações com desemprego para a vida?

Para a criação de riqueza e de emprego torna-se fundamental garantir o **apoio ao empreendedorismo e às empresas**. Aliviando a carga fiscal, proporcionado o acesso ao crédito e a recapitalização das empresas, privilegiando a produção de bens transacionáveis e o reforço da capacidade exportadora e da internacionalização da economia. Temos de trabalhar para uma melhor adequação do sistema de ensino e de formação profissional às necessidades das empresas, na prioridade do investimento de I&D ligado ao tecido empresarial, na redução dos custos de contexto e da energia.

- **Pelo desenvolvimento sustentável**

Existe uma razoável “consciência ambiental” na sociedade portuguesa, em particular nas camadas mais jovens. Mas esse imperativo ainda não se traduz, com a necessária dimensão e eficácia, nos programas partidários e nas políticas públicas.

As ilusões de exploração ilimitada dos recursos naturais que caracterizaram a fase das revoluções industriais têm de dar lugar a um relacionamento inteligente entre o progresso e o ambiente. O socialismo tem de redefinir as suas conceções sobre a natureza e os socialistas têm de valorizar as suas

relações com as questões ambientais. São necessários mais progressos concretos na descarbonização da economia, na redução das emissões com efeito de estufa, no equilíbrio ecológico entre a sociedade humana e o seu habitat, o Planeta Terra.

A eficiência energética e o desenvolvimento das energias alternativas terão de voltar a ser prioridades relevantes das políticas públicas nacionais.

- **Há mais défices para além do défice**

Na última década, o défice das contas públicas tem feito lei, na governação dos países europeus. Com uma implacável imposição da redução anual.

Conformando as políticas públicas, impedindo o crescimento económico, criando desemprego e reduzindo a qualidade de vida dos cidadãos. Estamos de acordo com o objetivo do equilíbrio das contas públicas, uma condição indispensável para o desenvolvimento dos países. Mas não estamos de acordo que esse seja o único défice a solucionar, que ele constitua um fim em si mesmo.

Propomos que a monitorização do défice orçamental seja conjugada com a resolução de outros défices, designadamente: emprego/ desemprego; redução da pobreza e das desigualdades; desenvolvimento humano (IDH); escolarização e I&D; e produtividade.

## **7. PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO**

O lugar de Portugal é na Europa. Mas a experiência já evidenciou que a união monetária (Euro) não é viável sem o aprofundamento da integração política, social, económica e fiscal, e na ausência de um projeto de cidadania identitária europeia. À Europa falta em cidadania o que sobeja em tecnocracia e burocracia.

As políticas austeritárias do Eurogrupo destruíram a coesão e a solidariedade do processo de integração europeia. As ambições de hegemonias nacionais, se não forem travadas, ditarão o fim do projeto europeu. Mas a Europa dispõe de um património único de valores civilizacionais, humanistas, democráticos e culturais suscetíveis de impulsionar novos avanços alicerçados na cidadania, na igualdade (em diversidade) entre Estados, na solidariedade e na eficácia das políticas comunitárias. Uma Europa de soberanias partilhadas e cooperativas.

- **Novo rumo para a Europa**

Portugal tem de ter voz própria na Europa, de firme combate à tecnocracia e às hegemonias predadoras, pela extinção dos paraísos e privilégios fiscais, e de

contributo para o aprofundamento da governação política, económica e social solidária.

- **Comunidade Lusófona**

Reforço político, económico, cultural e institucional: acordos bilaterais no âmbito empresarial (PME); trocas comerciais e acordos aduaneiros; formação profissional e administração autárquica; políticas de emprego (licenciados e quadros qualificados); criação de empresas mistas (por exemplo transformar a TAP na TAL – Transportes Aéreos Lusófonos).

- **Diáspora**

Valorizar o papel cultural, diplomático, político e económico da diáspora.

- **Nova ordem mundial**

As forças democráticas têm de unir esforços para criarem uma alternativa progressista ao neoliberalismo, à ditadura dos mercados, ao monetarismo dominante e ao “saque” fiscal e financeiro dos *offshores*. É preciso reforçar e democratizar a ONU e dinamizar o seu Conselho Económico e Social para regular a economia e as finanças mundiais. Rever os acordos bilaterais de comércio celebrados no âmbito da OIC para defesa intransigente das conquistas civilizacionais no que respeita aos direitos laborais, à responsabilidade social das empresas e aos valores ambientais.